

## SIMPÓSIO 76

### Modalidade de realização:

*Online*

### Simpósio:

DIREITOS HUMANOS, DEBATE PÚBLICO E LEGITIMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DISPUTAS DISCURSIVAS EM TORNO DO ESTADO SOCIAL

### Eixo Temático:

2 – Direitos Humanos, Políticas Públicas e Estado;

### Coordenadores:

**Nome do Coordenador 1:** Ian Fernandes de Castilhos

**Vinculação Institucional:** Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Resumo Curricular:** Especialização em Direito Público pela PUC-Minas (2021) e mestrado em Direito e Inovação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2023). Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2023). Atualmente é professor da Fundação Educacional de Além Paraíba (FEAP). Advogado e Professor de Filosofia do Direito e Direito Constitucional (FEAP). Membro do Grupo de Pesquisa Retórica, Argumentação e Juridicidades (GPAJ) da Universidade de Brasília (UnB).

**Nome do Coordenador 2:** Rafael Bitencourt Carvalhaes

**Vinculação Institucional:** Instituto Federal do Sudeste de Minas (IFSUDESTE).

**Resumo Curricular:** Doutor em Direito pela UFF, mestre em Direito e Políticas Públicas pela UNIRIO, especialista em Direito Civil Constitucional pela UERJ e em Direito Público e Privado pela UNESA/FEMPERJ. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário da Cidade. Primeiro colocado em concurso para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IF Sudeste MG, onde atua no curso de Direito do Campus Rio Pomba.

### Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

O presente simpósio propõe investigar as relações entre debate público, legitimação discursiva e direitos humanos no contexto de políticas públicas com impacto sobre direitos sociais fundamentais. Parte-se da premissa de que mudanças normativas dessa natureza não se produzem apenas no interior das instâncias formais de criação do Direito, mas são condicionadas por processos discursivos que operam simultaneamente em múltiplas esferas públicas, a saber, a midiática, a digital, a parlamentar e a científica, cada qual impondo lógicas próprias de validação, visibilidade e reconhecimento argumentativo.

A primeira linha de debate abrange a dimensão retórico-argumentativa das políticas públicas, examinando como lugares comuns, esquemas argumentativos e estratégias discursivas que são mobilizadas para legitimar ou contestar medidas que restringem ou ampliam direitos



econômicos, sociais e culturais. Interessa compreender de que modo argumentos técnicos, científicos, políticos e populares circulam e se transformam nas diferentes arenas comunicativas, produzindo disputas que não se reduzem à racionalidade jurídico-formal.

A segunda linha de debate concentra-se na relação entre esfera pública, democracia deliberativa e proteção de direitos humanos, questionando em que medida os procedimentos de legitimação das políticas públicas atendem às exigências de participação, transparência e justificação racional que fundamentam o Estado Democrático de Direito. Propõe-se uma abordagem transdisciplinar que articule teoria da argumentação, análise do discurso e teoria dos direitos humanos para avaliar os déficits democráticos associados à aprovação de políticas com impacto estrutural sobre direitos sociais.

**Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:**

**Português (X)**

**Espanhol (X)**

## SIMPOSIO

### Tipo de implementación:

En línea

### Simposio:

DERECHOS HUMANOS, DEBATE PÚBLICO Y LEGITIMACIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DISPUTAS DISCURSIVAS EN TORNO AL ESTADO SOCIAL

### Eje temático:

2 – Derechos Humanos, Políticas Públicas y Estado;

### Coordinadores:

**Nombre del Coordinador 1:** Ian Fernandes de Castilhos

**Vinculación Institucional:** Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

**Resumen curricular:** Especialización en Derecho Público por la PUC-Minas (2021) y maestría en Derecho e Innovación por la Universidade Federal de Juiz de Fora (2023). Doctorando en Derecho por la Universidade Federal de Minas Gerais (2023). Actualmente es profesor de la Fundação Educacional de Além Paraíba (FEAP). Abogado y profesor de Filosofía del Derecho y Derecho Constitucional (FEAP). Miembro del Grupo de Investigación Retórica, Argumentación y Juridicidades (GPRAJ) de la Universidade de Brasília (UnB).

**Nombre del Coordinador 2:** Rafael Bitencourt Carvalhaes

**Vinculación Institucional:** Instituto Federal do Sudeste de Minas (IFSUDESTE).

**Resumen curricular:** Doctor en Derecho por la UFF, magíster en Derecho y Políticas Públicas por la UNIRIO, especialista en Derecho Civil Constitucional por la UERJ y en Derecho Público y Privado por la UNESA/FEMPERJ. Licenciado en Derecho por el Centro Universitário da Cidade. Primer lugar en concurso para Profesor de Educación Básica, Técnica y Tecnológica del IF Sudeste MG, donde actúa en el curso de Derecho del Campus Rio Pomba.

### Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

El presente simposio propone investigar las relaciones entre debate público, legitimación discursiva y derechos humanos en el contexto de políticas públicas con impacto sobre derechos sociales fundamentales. Se parte de la premisa de que los cambios normativos de esta naturaleza no se producen únicamente en las instancias formales de creación del Derecho, sino que son condicionados por procesos discursivos que operan simultáneamente en múltiples esferas públicas, la mediática, la digital, la parlamentaria y la científica, cada una con lógicas propias de validación, visibilidad y reconocimiento argumentativo.

La primera línea de debate abarca la dimensión retórico-argumentativa de las políticas públicas, examinando los esquemas argumentativos y las estrategias discursivas movilizadas para legitimar o contestar medidas que restringen o amplían derechos económicos, sociales y



culturales. Interesa comprender de qué modo los argumentos técnicos, científicos, políticos y populares circulan y se transforman en las diferentes arenas comunicativas, produciendo disputas que no se reducen a la racionalidad jurídico-formal.

La segunda línea de debate se concentra en la relación entre esfera pública, democracia deliberativa y protección de derechos humanos, cuestionando en qué medida los procedimientos de legitimación de las políticas públicas satisfacen las exigencias de participación, transparencia y justificación racional que fundamentan el Estado Democrático de Derecho. Se propone un enfoque transdisciplinar que articule teoría de la argumentación, análisis del discurso y teoría de los derechos humanos para evaluar los déficits democráticos asociados a la aprobación de políticas con impacto estructural sobre derechos sociales.

**Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:**

**Portugués (X)**

**Español (X)**